



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9432 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT22 - Educação Ambiental

EDUCAÇÃO AMBIENTAL DECOLONIAL EM TERRITÓRIO DE POVOS ORIGINÁRIOS

Davi Maia Rocha - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Fabio Pessoa Vieira - UFBA-MPED – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL DECOLONIAL E ALTERNATIVAS EDUCACIONAIS COEXISTENTES

RESUMO

Esse resumo expandido compila informações inerentes a minha pesquisa sobre educação ambiental decolonial e contextos reais coexistentes, discorrendo sobre a importância da multiplicidade de saberes para pensarmos alternativas paradigmáticas a partir de experiências de povos Quilombolas, em comunidade e das Quebradeiras de coco na produção de conhecimentos. Conhecimentos que se desenvolvem entrelaçados com variáveis de lutas pelas subsistências, ancestralidade e práticas que decorrem da experiência com o território, formulando saberes sustentáveis que fogem a hegemonia moderna colonial. Apresentarei uma contextualização da educação ambiental e seu enviesamento eurocentrado, principalmente nas correntes conservacionistas e pragmáticas, além dos debates decoloniais. Por fim, será apresentado as alternativas paradigmáticas de educação ambiental decoloniais.

Palavras-chaves: Educação Ambiental, Decolonialidade, Povos Originários, sustentabilidade.

Em nossa cultura estabelecemos determinados ambientes destinados a formação educacional do sujeito como creches, escolas, colégios, faculdades dentre outros espaços institucionais e formativos. Encontramos nessas instituições também ambientes férteis para promoção de mudanças sociais que possibilitam o deslocamento de perspectivas e reelaboração de compreensões. Dessa forma, quando surgem problemáticas em nossa sociedade, a educação é identificada como um caminho para reflexão e análise crítica de temas controversos como questões alimentares, sexuais, físicas, pedagógicas e ambientais, e conseqüentemente surgem as disciplinas como educação alimentar, educação sexual, educação física, educação pedagógica e também a educação ambiental respectivamente.

A educação ambiental, assim como os demais campos que surgem a partir dessa configuração societária, se vinculam a paradigmas hegemônicos que se tornam basilares para o campo educacional. Na atualidade, alguns conceitos surgem como elementos de perpetuação dos moldes de produção e consumo capitalistas a partir de paradigmas como desenvolvimento sustentável, que tornou-se parte do discurso oficial de boa parte das articulações ambientalistas. Dessa forma, ao pensar as vertentes da educação ambiental, nos deparamos com correntes e reflexões para manutenção e perpetuação dos interesses capitalistas, modelo hegemônico que visa principalmente o acúmulo de capital.

A compreensão dos objetivos e da construção epistemológica da educação ambiental não pode ser limitada a somente um olhar, quando segue uma linha de raciocínio econômico e tem suas metodologias de relação de enraizamento e pertencimento à natureza preterido, abrimos margem para o conceito de desenvolvimento sustentável. Essa concepção desenvolvimentista reforça um modelo social que degrada em larga escala à natureza, assim como diminui as possibilidades de compreensão da relação que estabelece a Terra como morada do humano (VIEIRA, 2020).

Para Enrique Leff (2009) o saber ambiental extrapola a perspectiva das ciências ambientais da modernidade, que se subdivide em especializações e trata dos temas ambientais segmentada nos campos que trabalham a partir de olhares individualizados. O saber ambiental sugere a construção de conhecimento que está entrelaçado com práticas cotidianas e saberes tradicionais. São saberes que notamos emergir em territórios que sofreram e sofrem processos de exclusão e marginalização, assim como podemos verificar na produção de conhecimento a partir das epistemologias do sul de Boaventura de Sousa Santos (2019) que argumenta sobre a produção de conhecimento estar ancorada nas experiências de resistência dos grupos sociais injustiçados pelo genocídio epistêmico do colonialismo.

Por tanto, há entendimento de que a construção do saberes sobre sustentabilidade não está limitada às salas de aula, de instituições de ensino, como escolas e universidades, muito pelo contrário, observamos que a educação ambiental necessita transpor para além dos muros dos espaços formativos instituídos e que surge a necessidade do reconhecimento de práticas educativas ambientais que fogem aos moldes colonialistas de reconhecimento dos saberes e práticas ambientais, que comumente são compreendidos quando seguem um modelo de elaboração pedagógica específica (TRISTÃO, 2016).

O texto se debruçar nos estudos decoloniais, propondo então encontrar referências alternativas à hegemonia da construção do conhecimento, dos saberes que estão incutidos em *Outras Pedagogias*, como argumenta Arroyo (2012), sobre os coletivos populares. Como sujeitos de conhecimentos, valores, culturas e de processos de humanização/emancipação, os coletivos populares são compostos de sujeitos pedagógicos que produzem outras pedagogias.

Dessa forma, me debrucei sobre artigos que tinham em seu bojo, estudos em campo sobre a experiência e reflexões sobre educação ambiental em territórios de povos originários. Sendo selecionados para compor uma análise que pretende compreender a composição de saberes sustentáveis para a educação ambiental a partir da decolonialidade e apreciação de realidade coexistentes e reais, observando que na caracterização e descrição dos modelos educacionais em comunidades originárias, a exemplo de quilombolas, ribeirinhos, comunidades pesqueiras, seringueiros e demais povos sociais emergentes, apresentavam elementos que compunham a formação educacional e que estão

inerentes à luta *desses* povos em defesa da terra e da sua subsistência. Elementos esses que figuram aspectos da educação ambiental de relações unívocas e sustentáveis com a Terra, servido de saberes elaborados em seus contextos e que servem a modelos alternativos à educação ambiental.

No desenvolvimento da pesquisa tenho me deparado com a possibilidade de vislumbrar possibilidades de práticas educativas ambientais que se relaciona com a experiência dos sujeitos, a ancestralidade e a luta constante pela preservação e direitos a terra. Em Vieira (2017) podem ser verificadas a interação entre territorialidade em comunidades originárias e a produção de conhecimento. Uma vez que os saberes de povos originários são subjugados num projeto colonialista, a pesquisa aponta para uma desconstrução paradigmática hegemônicos e apresenta contribuições de saberes de povos originários oriundos de uma Reserva extrativista que apontam para saberes sustentáveis que cabem à educação ambiental decolonial.

No contexto dos povos Quilombolas, os estudos de Melo e Barzano (2020) dão conta de retratar as constantes lutas pelo território e pela sobrevivência dos povos que compõe os quilombos, retratando as perspectivas Outras por meio da forma de sentir o mundo que tais sujeitos se relacionam, que constroem seus próprios saberes, que se constituem a partir das relações estabelecidas por esses sujeitos na história de seus povos, elencando elementos da vivência dos indivíduos com sua ancestralidade e práticas socioculturais de preservação ambiental.

Em Stortti e Sanchez (2017) podemos vislumbrar aspectos de educação ambiental que se desdobram do movimento da “justiça nos trilhos”, movimento esse que se debruça em lutas contra mega empreendimentos e industrias multinacionais de mineração que tem caráter de mercantilização dos bens naturais, se desdobram dos movimentos sociais a luta contra os ataques exploratório do capitalismo sobre a natureza. Em resposta a isso, uma serie de ações de educação ambiental que se entrelaçam entre o direito ao território e a subsistência das comunidades.

Nesse sentido, muitas outras ações de destruição ambiental podem notadas como exemplos em que os aspectos econômicos se sobressaíram à necessidade de comunidades e a preservação de ecossistemas inteiros. Ainda hoje vivenciamos constantemente noticias de disputas territoriais entre grandes empresários donos de terras e povos indígenas em regiões desassistidas pelo direito. Ficando a mercê de ações genocidas que se estenderam de quinhentos anos atrás até hoje, assegurada pelo progresso e desenvolvimento das nações.

REFERÊNCIA

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 17-24, dez. 2009.

MELO, André Carneiro; BARZANO, Marco Antonio Leandro. Re-existências e Esperanças: perspectivas decoloniais para se pensar uma educação ambiental quilombola. **Ensino, Saude e Ambiente**, [S.L.], p. 147-162, 4 jun. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim Do Império Cognitivo**: A Afirmação Das

Epistemologias Do Sul. 11 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

STORTTI, Marcelo Aranda; SANCHEZ, C.. Educação Ambiental Decolonial de Base Comunitária: a Pedagogia dos Afetados pelo setor da Mineração. **IX Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) 9.**, 2017, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: UFJF, 2017, p. 30-31.

TRISTÃO, M. Educação Ambiental e a descolonização do pensamento. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], p. 28–49, 2016.

VIEIRA, F. P. Educação Ambiental para além da pandemia: aprendizados decoloniais com outras comunidades e com outras pedagogias. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 259–278, 2020. DOI: 10.34024/revbea.2020.v15.10816. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10816>.

VIEIRA, Fábio Pessoa; SOUZA, Lucas Barbosa. Envolvimento ambiental, caminho sustentável e a defesa da sociobiodiversidade na reserva extrativista do extremo norte do Tocantins. **Guaju**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 66, 13 jul. 2017. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/guaju.v3i1.51291>.